

## **A Instrução Pública e a Escola Normal nos debates político-partidários em Porto Alegre/RS (1869-1889)**

**Dilza Porto Gonçalves<sup>1</sup>**

Este é um trabalho de pesquisa sobre os textos publicados em *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* produzidos a respeito da Instrução Pública e a Escola Normal, em Porto Alegre/RS, de 1869 até 1889.

Tendo em vista, que os jornais podem abrir inúmeras possibilidades de pesquisa, mas, que só se consegue enxergar uma parcela dessas possibilidades e interpretações, optei por escolher os periódicos que representassem os diferentes ideários políticos que estavam presentes no período em questão. A escolha pela *A Reforma* se deu por representar o Partido Liberal; *O Conservador* por representar o Partido Conservador e *A Federação* por representar o ideário político do Partido Republicano Rio-Grandense.

Para escrever este texto recorre-se ao campo teórico-metodológico da História Cultural, com enfoque na História da Educação. Desse modo, como o *corpus* documental provém dos jornais partidários, busca-se, uma aproximação com a História Política.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a investigação de textos ligados à instrução pública e a Escola Normal nos jornais *A Reforma* e *O Conservador*, realizadas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, e, em *A Federação* no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando se fotografou com câmera digital os textos selecionados. Depois de organizar os textos por ordem cronológica realiza-se a análise de conteúdo, através do método elaborado por Bardin (1977). A partir dessa abordagem metodológica, faz-se uma pré-análise, criam-se categorias, adaptadas a partir de Morel e Barros (2003), tais como: ano, data, autor, tipo/seção, título e assunto; em seguida, realiza-se uma exploração mais minuciosa, com transcrição de trechos significativos dos textos para citações posteriores, com indicação de datas e autoria; finalmente elabora-se um quadro resumo sobre os textos e as categorias.

Entretanto, na escolha desses periódicos partidários como fontes de pesquisa levou-se em consideração, que as interpretações dependiam também do contexto histórico/político/cultural que o pesquisador está ocupando. Não se pode esquecer que é um

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Comitê da Transversalidade Governamental SEDUC/SEDAC-IGTF e doutoranda PPGH/PUCRS.

olhar do presente para o passado, é um olhar do hoje para o final do século XIX, ou seja, é uma análise comprometida com uma cultura datada. Por isso,

Não podemos é deixar de frisar que o jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público, por mais diversificado que, este seja. Apesar o direcionamento ideológico presente nos jornais, não encontramos em suas folhas apenas “uma” história, mas diversas. Daí sua riqueza. Não compete ao jornalista ou ao leitor a organização e interpretação destas informações, mas ao historiador, que deve utilizá-las como fonte complementar privilegiada para a recuperação histórica, principalmente na esfera cultural (GONÇALVES NETO, 2002, p. 207-208)

Para entender os discursos que veicularam sobre a Instrução Pública e a Escola Normal de Porto Alegre nos jornais partidários nas últimas décadas da Monarquia é preciso entender um pouco do contexto político do período. Entretanto, reforça-se que não se fará uma história política, mas olhar sobre os partidos se torna necessário, pois, além do objeto ser a instrução pública, as fontes – os jornais partidários – precisam ser contextualizadas em sua produção e circulação. Portanto, ao se fazer essa aproximação com a história política, principalmente, a “percepção” do historiador deve estar apurada. Neste sentido,

a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprende que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social (REMOND, 2003, p.35-36).

Tendo em vista, que a temática instrução pública e escola normal estão intimamente ligada às questões político-partidárias lembra-se que no Segundo Reinado, pelo menos até a década de 1880, os partidos mais atuantes foram o Liberal e o Conservador. Mas nos anos derradeiros do império, surge o Partido Republicano Riograndense, que vai ganhando expressão até ser o principal partido na República.

Para entender a construção desses ideais partidários, pensa-se os partidos Liberal, Conservador e Republicano relacionados. Porque, segundo Bourdieu, precisam ser reconhecidos pelo outro para se consolidarem no campo político, pois, o poder simbólico “é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe, porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1989, p. 188).

Neste sentido, entende-se por:

**Partido Liberal** – durante a monarquia lutavam pela autonomia das províncias. Queriam mais poder decisório, econômico e político. Defendiam a liberdade religiosa e a emancipação gradual dos escravos. A principal liderança era Gaspar Silveira Martins. A partir da consolidação da república a maioria dos liberais passa a defender o federalismo. É na origem dessas ideias que tem origem a União Nacional (1891) e posteriormente o Partido Republicano Federal.

**Partido Conservador** – defensores de um Estado centralizado e monárquico. Vai se extinguir junto com a monarquia.

**Partido Republicano Rio-Grandense** – surgiu em 1881 a partir de uma convenção do Clube Republicano. Tinham uma grande influência do Positivismo de August Comte. Defendiam direitos sociais e um Estado autoritário controlador da ordem, enquanto almejavam o progresso orientado por uma elite. A principal liderança foi Júlio de Castilhos. Com o advento da república passou a dominar a política gaúcha.

Neste cenário político, destaca-se três periódicos ligados aos partidos e que compõem o *corpus documental* deste trabalho: *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação*.

Na análise das fontes tem-se como marco inicial o ano de 1869 (criação da Escola Normal), momento no qual as disputas partidárias se davam entre liberais e conservadores, permanecendo assim até a década de 1880, quando o movimento republicano fica mais forte na província. De 1869 até 1879 é analisado somente o jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Para provocar o enfrentamento entre liberais e conservadores, a partir de 1880 começa-se a analisar *O Conservador*, órgão do Partido Conservador. A partir do ano de 1884, insere-se, no cenário partidário e na pesquisa, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Riograndense.

Assim como se faz uma breve contextualização dos partidos políticos para entender o cenário em que foram produzidos os textos sobre Instrução Pública e Escola Normal, faz-se um breve histórico dos jornais analisados enfatizando a formação dos principais redatores.

**A Reforma** - *A Reforma* teve seu primeiro número publicado em 16 de junho de 1869 e seu último exemplar em 15 de junho de 1912 (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 152). Embora, inicialmente, não tivesse o nome do fundador estampado na capa, foi fundado por Gaspar Silveira Martins tendo como colaboradores imediatos Antonio Eleutério de Camargo, Felisberto Pereira da Silva, Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, entre outros (DILLENBURG, 1987, p. 37).

Para Rüdiger, *A Reforma* marca, em 1869, o surgimento do jornalismo político-partidário. Neste contexto, para o autor o jornal comandou o processo de montagem e organização do Partido Liberal. Gaspar Silveira Martins foi fundador do periódico, seu diretor principal e o presidente da província no momento da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Era conhecido como “Tribuno dos Pampas”. Foi deputado, senador e ministro e, nas páginas de *A Reforma*, combateu o centralismo político de Júlio de Castilhos (MUSECOM, 2005, p. 31). Além de Silveira Martins, entre os diretores e colaboradores do jornal, posteriormente, estavam muitos nomes conhecidos, que de alguma forma estavam ligados ao Partido Liberal, entre eles: Carlos Thompson Flores, João Gonçalves de Oliveira, Carl Von Koseritz, Apolinário Porto Alegre, Adriano Nunes Ribeiro, entre outros.

Caracterizava-se como órgão comercial, político e noticioso. Surgiu para fazer oposição ao Partido Conservador, que estava no poder na pessoa do Sr. João Sertório, que recém tinha assumido a presidência da Província (DILLENBURG, 1987, p. 38),

A publicação do periódico é interrompida várias vezes por questões políticas. A situação chega tal ponto, que no ano de 1908 é editado em Pelotas. Mas é o mesmo periódico de Porto Alegre, já que mantêm o nome do fundador e de colaboradores. Continua a ser publicado com algumas interrupções até 1912, quando foi extinto (ROSSATO, 1999, p. 16), ou seja, quando é fechado pelo PRR, logo após a prisão de Júlio Magalhães diretor de redação.

A maioria dos articulistas, redatores, diretores e gerentes de *A Reforma* estiveram ligados a cargos públicos, no Executivo, Legislativo e no Judiciário. Além disso, a Faculdade de Direito de São Paulo esteve presente na formação desta “elite” política e intelectual de redatores de Porto Alegre, já que não havia nenhum curso superior na cidade<sup>2</sup>.

Destaca-se alguns nomes que estiveram ligados à instrução pública e/ou a Escola Normal ao jornal *A Reforma*, entre eles: Adriano Nunes Ribeiro, Apolinário Porto Alegre, Antero Ferreira D’Avila e Apeles Porto Alegre. Mas, a figura que mais despertou-me atenção

---

<sup>2</sup> O primeiro curso superior no Rio Grande do Sul foi fundado em Pelotas, o Lyceu de Agronomia. Em 1883 foi fundada a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica, sob a direção do dr. Claude Marie Reborgeon, oriundo a Escola de Alfort e discípulo de Pausteur; em 1887- Fundação do Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios; 1889 – é transformado em Instituto Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária, passando efetivamente a curso superior. Sobre o assunto, ver Magalhães (1996).

foi Ana Aurora do Amaral Lisboa<sup>3</sup>, que é a única mulher redatora do jornal, professora e ativista política em defesa dos direitos das mulheres.

*O Conservador* - era o órgão oficial do Partido Conservador, defendia a monarquia. Foi fundado em 1879 e teve seu último exemplar nº 259 publicado em 16 de novembro de 1889 (Silva, Clemente, Barbosa, 1986, p. 266). Parece ter sido espaço de importantes debates políticos na década derradeira da Monarquia<sup>4</sup>. E, teve como colaboradores do jornal, membros importantes do Partido Conservador: Carlos Augusto Candal de Carvalho, Joaquim Francisco da Silva Souto, Paulino Chaves, Ernesto Theobaldo Jaeger, Domingos Francisco dos Santos e outros (SILVA, CLEMENTE, BARBOSA, 1986, p.266). Foram redatores: o Bacharel Inácio de Mello Barreto e Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena (DILLENBURG, 1987, p. 56).

Sabe-se que alguns dos redatores/diretores tiveram cargos públicos no legislativo e no executivo, principalmente. Entretanto, não foram encontradas muitas informações sobre eles, nem mesmo sobre sua formação acadêmica. Os nomes listados no quadro anterior não aparecem em nenhum periódico, relacionados com a Escola Normal e/ou com a diretoria da Instrução Pública. Mas alguns membros do Partido Conservador, como Padre Cacique, José Bernardino Bittencourt e Jayme Couto tiveram ligação com a Escola, embora seus nomes não apareçam ligados ao jornal, somente em artigos dando respostas quando questionados sobre a Instrução Pública e a Escola Normal.

*A Federação* – a ideia de criar um jornal para o Partido Republicano Riograndense foi apresentada por Julio de Castilhos no congresso do Partido em 1882. *A Federação* foi o nome escolhido por Assis Brasil para o novo jornal, que circulou de 1º de janeiro de 1884 até 17 de novembro de 1937. Teve como primeiro diretor Venâncio Aires, mas que passou a Julio de Castilhos, enquanto Dionysio Porto era o diretor da empresa (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 266).

Entre os idealizadores estavam Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher e Júlio de Castilhos, entre muitos outros.

É impossível dissociar o jornal *A Federação* do político e do ideário de Julio de Castilhos. Os seus “artigos eram objetivos e isentos de tiradas literárias, contundente e

---

<sup>3</sup> A professora Ana Aurora, foi formada ainda nas primeiras turmas da Escola Normal de Porto Alegre.

<sup>4</sup> Embora o jornal tenha tido uma existência de quase 10 anos, são poucos os estudos que tratam sobre ele.

implacável em se tratando de adversários” (DILLENBRUG, s/d, p. 13). Enquanto foi diretor do jornal (abril de 1884 até 1887), Castilhos fez forte campanha abolicionista e republicana (SANTO, 2005, p. 24). Como redator, Júlio de Castilhos foi pioneiro em fazer uma imprensa sem literatura, mais comedida na terminologia e pela introdução do cientificismo positivista na propaganda política jornalística.

Se na Monarquia, os redatores do periódico não figuravam entre os políticos mais influentes, na República a situação muda. Pode-se identificar a maioria deles em cargos de grande visibilidade política, como também na Escola Complementar/Normal e na direção da Instrução Pública. Ressalta-se que a maioria dos que fizeram sua formação, no século XIX, estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, assim como os redatores de *A Reforma*.

Esses jornais político-partidários tornaram-se meio de formação doutrinária da opinião pública. Desta forma, desenvolveram a “concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil” (RÜDIGER, 2003, p. 37). No entanto, não se pode ignorar que “cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria” (CHARTIER, 2009, p. 20). Além disso, é preciso lembrar que, embora a população na Província estivesse crescente, os periódicos não cresciam na mesma proporção, já que “os leitores eram limitados pela falta de escolarização, pelo baixo poder aquisitivo e pelo próprio sistema escravista vigente até 1888” (RÜDIGER, 2003, p.38). Por isso, ao trabalhar com os periódicos, todas essas questões devem ser consideradas, desde os objetivos dos redatores até o alcance que tinham entre os leitores.

É preciso pensar também que, como eram jornais partidários, os conflitos ficavam evidentes nessas publicações. Para Alves,

[...] a imprensa no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, desenvolveu uma firme tradição no desencadear de sérios conflitos discursivos entre seus diferentes representantes. [...] A política tornava-se assim um dos pontos altos da matéria editorial dos jornais normalmente engajados tomando partido de um dos lados do embate [...] (ALVES, 2007, p. 7).

Na análise dos textos pesquisados em *A Reforma* chama a atenção disputas políticas envolvendo a diretoria da Instrução Pública e a recém criada Escola Normal. Aparecem as críticas a José Bernardino da Cunha Bittencourt, inspetor geral da instrução pública e do

Partido Conservador. O artigo informa que Bittencourt teria sido nomeado em substituição ao Dr. Luiz da Silva Flores<sup>5</sup>.

No dia 19 de junho de 1869, havia sido publicada uma nota avisando que o jornal iria fazer uma *análise severa* do novo regulamento, o qual consideram mal elaborado e acusam que a instrução pública estava nas mãos do clero,

Não deixamos escapar de exame e censura a tendencia que há de entregar-se a instrução da mocidade ao clero e a padres ignorantes.

O que justifica a escolha de padres ignorantes para ocuparem logares que deviam ser occupados pela intelligencia e illustração?

Estaremos acaso na Polonia aonde a Russia entrega a instrução da mocidade ao clero para transformar os cidadãos da Polonia em bons servos da Russia? (*A Reforma*. Instrução publica. 19/06/1869).

No dia seguinte, começa uma série de artigos intitulados *A Reforma da Instrução Publica*, pelos quais o novo regulamento foi questionado por ter influência da Igreja. O primeiro artigo da série é uma crítica política ao inspetor geral, que elaborou e assinou os regulamentos da instrução pública que deveriam ter sido elaborados e assinados por Antonio da Costa Pinto (presidente da província). O redator chama as reformas da instrução pública de *regressista e ultramontano*<sup>6</sup>:

Essa reforma bastarda e falseada em todos os seus principios, só tem um pensamento, um só fim, - entregar a direcção suprema do ensino publico e particular, primario e secundario, em todos os ramos, ao clero, que é composto e sua maior parte dos padres estrangeiros que estrangulam a lingua de Camoões, e de sacerdotes nacionaes, muitos dos quaes primão pela sua ignorância (*A Reforma*. A reforma da instrução publica I. 20/06/1869).

<sup>5</sup> Foi Diretor Geral da Instrução Pública de 18 de abril de 1847 até 30 de maio de 1851. Posteriormente, quando mudou o nome do cargo, foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Publica, em 1º de junho de 1857 e permaneceu até 13 de agosto de 1868, quando foi demitido pelo dr. Israel Rodrigues Barcelos, sob a alegação de fazer reinar a dissidência entre os professores. Sobre isso ver SCHNEIDER, 1993.

<sup>6</sup> Segundo Rambo, “ultramontanos” são os que defendem a infalibilidade do papa e o primado jurisdicional de Roma, de acordo com os princípios de Gregório VII e Inocêncio III. O termo torna-se sinônimo de “curial”, “hierocrático”, “jesuítico”, “inimigo da ilustração”. O “ultramontanismo” defende a oposição entre o trono de Roma e o trono da Igreja. Com a implantação do Projeto da Restauração Católica no início do século XIX, o conceito de “ultramontanismo” adquiriu novas conotações, como o retorno à ortodoxia do Concílio de Trento e do princípio de que toda a autoridade emana de Roma. Um dos visados principais foi o galicanismo na França, que pregava uma Igreja tutelada pelo Estado e com ele comprometida, e os nacionalismos que viam na Igreja uma força de ingerência na autonomia dos Estados, como aconteceu na Alemanha, principalmente durante o *Kulturkampf*, quando os jesuítas, acusados de agentes diretos a serviço de Roma, foram expulsos do país. Os princípios defendidos pela Restauração Católica negavam qualquer tipo de ingerência do Estado laico nos assuntos da Igreja e, por sua vez, a Igreja devia manter-se afastada do Estado arreligioso, agnóstico ou ateu. As primeiras evidências de que um projeto de renovação da Igreja estava em andamento no Rio Grande do Sul tornaram-se evidentes com a nomeação, em 1860, de D. Sebastião Dias Laranjeira, primeiro bispo desse Estado. O novo bispo formara-se em Roma e lá fora escolhido para bispo e sagrado por Pio IX. Imbuíra-se, durante a sua formação, no mais genuíno espírito ultramontano (RAMBO, 2002, p. 288-290).

Embora o articulista tentasse disfarçar a disputa partidária discutindo os projetos, na verdade estava defendendo os ideais liberais de seu partido. Na continuação da série, criticando as reformas na Instrução Pública, seguem os ataques, à participação do clero e ao ensino da doutrina católica nas escolas.

No terceiro texto da série o tema debatido é o artigo 33 do projeto substitutivo que trata do ensino particular, do qual destacam-se os seguintes aspectos: prega a liberdade de instrução; é uma crítica ao inspetor geral porque é muito amigo dos jesuítas; e, além disso, os professores para serem contratados, pelo novo regulamento, precisavam passar por uma prova de moralidade com os seguintes documentos: folha corrida de 3 anos; atestados de moralidade dos respectivos párocos.

Esse último documento, segundo o jornal, provocaria uma dependência dos professores particulares ao clero e ainda nas regiões onde o professor não é católico ficaria sujeito a má vontade do pároco católico. O artigo é irônico ao destacar que se for um membro do clero católico não precisa atestado de moralidade, *naturalmente porque esses em sua essência e natureza são sempre verdadeiros prototipos de "moralidade"* (A Reforma. A Reforma da instrução publica. III. 1º/07/1869).

No quarto artigo, a temática discutida é o ensino nas aulas particulares e a autorização para os professores que ficava atrelada a uma prova de capacidade pelo delegado da localidade, que no caso era o pároco. O articulista questiona a interferência do Estado nos colégios particulares. Já que são mantidos com os recursos dos proprietários não deveria ter inspeção do Estado. Entende-se que o jornal defendia a liberdade de instrução apregoada pelo liberalismo.

E, no sexto artigo em sequência sobre *Instrução Pública*, fica evidente a crítica à participação do clero na instrução; aos conteúdos referentes à história da Igreja, que deveria ser substituída por história universal; à doutrina cristã que é limitada ao catecismo; ao regulamento da instrução pública que não mudou muito a instrução primária e novamente enfatiza os objetivos do projeto liberal.

O projeto liberal queria educar futuros cidadãos que conhecessem as instituições do país, para que mais tarde soubessem apreciar os seus direitos e exercê-los com conhecimento e inteligência; o sr. Bittencourt quer educar os meninos para padres ou monges, ensinando-lhes a história da igreja (A Reforma, 13/07/1869).

Os textos sobre a reforma na instrução pública continuam e o periódico publica o artigo intitulado *Os progressos da instrução publica*, em 13 de julho de 1869, o qual registra



o nome de alguns professores que foram contratados. Entre eles consta um que não sabia escrever a ortografia correta, mas não indica o nome. Nos dias seguintes, o artigo intitulado *A Assembleia e a instrução pública* faz crítica à assembleia provincial, que não discutiu as reformas elaboradas pelo Sr. Bittencourt e mandadas vigorar pelo Sr. Costa Pinho.

Como se pode perceber, o ano de 1869 foi marcado por um grande número de textos publicados em *A Reforma* criticando a pessoa do inspetor geral da instrução pública e o novo regulamento criado por ele. Mas as discussões não param por aí. Acontecem ataques pessoais entre José Bernardino Bittencourt e Luiz da Silva Flores, que foi seu antecessor na inspetoria geral da instrução pública. Bittencourt teria falado na Assembleia Provincial que a demissão de Luiz Flores, pelo dr. Israel Rodrigues Barcellos, teria sido porque este fazia os professores, em época eleitoral, trabalharem para ele e deixarem os alunos sem aula. O Dr. Flores respondeu através de um artigo na *Reforma* dizendo que não deixou de fazer nada e que seu trabalho na repartição estava em dia. E questionou o vice-presidente da província sobre sua demissão e que este se calou e que um mês depois passa a caluniá-lo.

Além dos ataques pessoais aos articulistas e/ou membros da diretoria da Instrução Pública, há também aquelas críticas relacionadas ao funcionalismo, como alterações, licenças, nomeações de professores. Um exemplo disso é a demissão de um professor, que foi julgado incapaz pela própria diretoria, mas que alguns dias depois é readmitido em outra localidade, provocando assim ataques da oposição. A crítica do articulista de *A Reforma* se refere aos motivos da demissão do tal professor, *relaxamento* e *incapacidade*. O redator questiona como uma pessoa que foi demitida há pouco tempo por ser *incapaz* e *relaxado* pode ter sido readmitido. Essa discussão perdura por muito tempo, pois, na edição de 10 de março de 1870, ainda é citado o professor que foi readmitido na *localidade de Boqueirão para dar aulas aos meninos pobres*.

O alvo mais frequente dos ataques em *A Reforma* era José Bernardino Bittencourt, porque teve o cargo de Inspetor-Geral da Instrução Pública em dois mandatos: o primeiro de 13/08/1868 até 24/08/1870, que coincide com a implantação da Escola Normal e a implantação de um novo regulamento para a Instrução Pública; e o segundo de 04/11/1871 até 17/04/1873. A partir de 1872, como em anos anteriores, o alvo das críticas durante quase todos os artigos, volta a ser José Bernardino da Cunha Bittencourt. Mas o foco muda para as perseguições políticas representadas nas remoções dos professores.

A partir da década 1880, analisa-se também *O Conservador*, órgão do Partido Conservador. Entretanto, em 1882, tem-se duas notas sobre Instrução Pública e nenhum sobre Escola Normal.

Em 1884, conta-se também com a publicação de *A Federação* e, como os dois outros periódicos também deixa claro a sua filiação partidária, no caso ao Partido Republicano Rio-Grandense. Neste ano, a maioria das notas da *Federação* em relação à Instrução pública e à Escola Normal são comunicações oficiais, mas não deixa de haver algumas críticas ao Partido Liberal, que tinha os principais cargos na Instrução Pública, e à Adriano Nunes Ribeiro.

O programa geral do ensino publico primário d'esta província, organizado pelo Sr. Dr. Adriano Nunes Ribeiro e approved pelo Sr. Presidente José Julio de Albuquerque Barros, trouxemos a par do absurdo e condemnado ensino do cathecismo, a divisão das escola primarias em primeiro, segundo e terceiro grao.

[...]

A divisão das escolas, como theoría não deixa de ser bella, tem seus encantos, porém como forma pratica de ensino está muito longe de corresponder as aspirações do povo e de realizar o ideal do Sr. Dr. Adriano Neura Ribeiro

[...] chamamos a attenção da assembléa provincial para este momentoso assunto. A instrução do povo, na época em que vivemos, é a magna questão social que meude as attensões dos governos de todas as nações civilisadas (COSTA, Praxedes da. Cartas Jaguarenses de 18 de março. *A Federação*, 28/03/1884).

Nesse texto, é possível observar que o *ensino do cathecismo* continua nas escolas. Tema também discutido pelos articulistas de *A Reforma*. Assim, se percebe que mesmo quando os liberais assumem a instrução pública, como é o caso do diretor Adriano Nunes Ribeiro, nem sempre fazem as reformas defendidas nas páginas dos jornais. Só para lembrar, o Brasil, neste período, ainda vivia sob o regime de padroado. E, talvez, não querendo justificar as reformas de Adriano Nunes Ribeiro, não conseguisse fazer as reformas desejadas devido à ligação do Imperador D. Pedro II com a Igreja Católica. Porém, a estrutura do ensino ministrado e os professores da Província também são alvo dos republicanos.

Tratar d'esta questão com indiferença, obrigando o povo a sujeitar-se a um regulamento que não satisfaz a sua mais palpitante necessidade é proceder arbitrariamente, é violar nossos direitos inatos.

Quem tenta levantar óbices à onda luminosa do progresso, commette um crime de lesa-civilisação.

[...]

Um povo ignorante não progride!

[...]

O professor é um espelho para o alumno, se aquelle no aço de sua alma reflete raios negros, este inconscientemente recebe como em uma camara escura a impressão maléfica (Costa, Praxedes da. Cartas Jaguarenses de 18 de março. *A Federação*, 28/03/1884).

A instrução é vista pelos republicanos como uma forma de se alcançar o progresso e quem não contribui para isso está cometendo um crime contra a população. Ou seja, a instrução tem objetivo de resolver problemas sociais. Também compartilham com a ideia de que o professor é o exemplo, e quando não o é, pode trazer *impressão maléfica*.

Os articulistas de *A Federação* trazem números relacionados à instrução pública em outros países para fazer comparações com a situação brasileira. Nesse caso é com a França a comparação.

O ministro da instrução publica em França propoz um credito de 3,500.000 francos para melhorar a situação dos professores.  
Isso dá-se na republica franceza, porque no império brasileiro...  
Pobre professorado! (*A Federação*, 28/07/1884).

Destaca-se nesse trecho, que além da comparação com a instrução na França e no Brasil, o articulista também compara os regimes de governo. Para o redator a situação da França é melhor porque é a *república francesa* enquanto o Brasil ainda é *império*. Lembra-se que *A Federação* representa o Partido Republicano Riograndense e aspira chegar ao regime republicano.

*A Federação*, em alguns momentos, parece defender o Partido Liberal para atacar o Partido Conservador.

A Gazeta de Noticias disserta sobre reformas uteis, mas d'entre ellas só aponta uma, e ainda assim mui de relance: a da instrucção publica.  
O intuito visível do escriptor é falar mal do partido liberal, contra o qual não pouca reprehensões e censuras.  
Nota-se que o collega d'esse partido o bode expiatório, atribuindo-lhe todos os males do império e mais alguns.  
Ao partido dominante a nova folha neutra só consagra dithyrambos (*A Federação*, 05/02/1886).

Essa referência, talvez seja porque liberais e republicanos, em alguns momentos, tiveram que se unir em defesa dos seus ideais. Os republicanos, Francisco Xavier da Cunha, Ramiro Barcelos e Wenceslau Escobar, elegeram-se para a Assembleia Legislativa pelo Partido Liberal, nos pleitos de 1877 e 1881, porque não conseguiram, naquele momento, fundar um partido republicano. Enquanto na oposição, talvez pudessem unir forças, em alguns momentos, contra os conservadores, e, em outros, fazerem oposição a ambos.

Os republicanos questionam o liberal Karl von Koseritz, em relação à instrução pública em sessão na Assembleia Provincial,

Este ficou adiado por 48 horas a requerimento do Sr. Villa Nova, depois de terem sobre elle falado aos srs. Koseritz à Antero D'Avila.  
E o Sr. Koseritz propôs algumas emendas, entre outras uma acabando com as gradações nas escolas primarias e equiparando os ordenados de todos os professores

normalistas, outra contrariando a ideia da comissão de instrução de dar preferência às professoras em igualdade de circunstâncias no provimento das escolas dos meninos.

Entende o Sr. Koseritz que a mulher é inferior ao homem, como professora de crianças, porque não lhes prepara um caráter viril.

A tão falso conceito respondeu com grande vantagem o Sr. Antero D'Avilla, membro da comissão fazendo realçar as aptidões especiais da mulher, como educadora, facto hoje reconhecido em todos os povos adiantados e principalmente nos Estados Unidos.

Não faltaram aplausos ao Sr. Koseritz e contestações ao Sr. Antero, que foi julgado um perigo reformador subversivo.

Bem se vê que os nobres deputados não foram educados por mulheres (A *Federação*, 25/11/1885).

Nesse artigo, é possível perceber que os republicanos defendem a ideia de as mulheres serem professoras e como essa questão é debatida na Província. A temática da feminilização da profissão está em discussão naquele momento, porém transparecia um dilema entre os dirigentes da instrução pública, por um lado,

a apreensão de uma caracterização masculina de introyecção no menino de capacidades para "sustentar com energia a luta pela existência", obviamente questionando a capacidade da mulher professora de incutir nos meninos tais "capacidades".

Pragmaticamente, a sociedade vivia um dilema, pois ao mesmo tempo em que entendia como conveniente que os meninos fossem educados por professores homens, construía a ideia da mulher como educadora por excelência (TAMBARA, 1998, p.48).

O aumento do número de mulheres na Escola Normal é reflexo dessas ambivalências. Ao chegarem ao governo, os republicanos ampliam as escolas públicas mistas e femininas e as mulheres são inseridas na instrução elementar.

O ano de 1886 é rico em artigos no *Conservador*, na *Reforma* e na *Federação*. A *Reforma* tem muitos artigos criticando as administrações anteriores e brigas políticas, que tem como foco jornal *O Conservador*. Os articulistas de *A Federação* não deixam por menos, pois ainda estão na oposição. Os embates políticos dão o tom dos artigos nesse ano.

A exemplo dessas disputas políticas, uma série de artigos sobre instrução pública é publicada em abril de 1886, em *A Federação*, no *Conservador* e na *Reforma*. O fato que desencadeou a série teria sido uma briga causada pela suspensão da compra de livros de Carlos Pinto & Companhia, por Jayme Couto<sup>7</sup>.

Embora a disputa principal fosse entre os conservadores e os liberais, *A Federação* também publicou nota sobre o assunto. Logo que foi publicado o primeiro artigo,

O *Conservador*, na parte oficial, publica o princípio de uma epístola dirigida ao sr. Desembargador Lucena.

<sup>7</sup> Que no período em questão representava o Partido Conservador e era o diretor da Instrução Pública.

A epístola é dividida em capítulos e trata de adoção e fornecimento de livros. Negócios da instrução pública. São revelações curiosas, que provavelmente, provocarão represália. Parece que vamos assistir a cousas muito divertidas. Esperemos (*A Federação*, 10/04/1886).

O articulista de *A Federação* tinha razão e a represália viria em seguida. Adriano Nunes Ribeiro<sup>8</sup>, em artigo publicado na *Reforma*, questionou esse ato, pois a casa Carlos Pinto & Companhia havia enviado carta ao Presidente da Assembleia Provincial queixando-se dessa suspensão. Na ocasião, Ribeiro tinha sido considerado defraudador dos cofres públicos nas páginas de *O Conservador*. O embate político perdura por vários dias e a cada resposta que dava em *A Reforma* era produzido um artigo em *O Conservador*. A questão dos livros resultou em artigos, pelo menos, nos dias 16, 17, 20, 21, 22 e 28 de abril, em *A Reforma*, enquanto no *Conservador* foi nos dias 09, 11, 14 e 15 de abril. Entretanto, meses depois a questão volta à tona.

Jayme Couto justifica que buscou mais informações para poder emitir melhor juízo sobre os livros fornecidos pela Carlos Pinto & C<sup>a</sup>. Os livros teriam sido comprados na Rodolpho José Machado por menor valor. Parece, então, que o plano de compras teria sido organizado pelo lente da Escola Normal João Pedro Henrique Duplan, enquanto foi diretor interino. Nestes artigos há ênfase ao custo menor dos livros e á melhor qualidade dos que substituíram a encomenda suspensa.

Entretanto, parece necessário esclarecer que, entre os livros que tiveram a compra suspensa, estava o de Aritmética, de autoria de Demétrio Nunes Ribeiro, irmão do ex-diretor-geral Adriano Nunes Ribeiro. Por isso, se percebe, que além dos custos, o que estava em jogo eram questões partidárias e familiares.

*O Conservador*, por outro lado, publica as notas e avisos do governo provincial em relação à Instrução Pública, ou seja, fazia partes de *Diário Oficial*, no entanto também faz críticas aos textos publicados em *A Reforma* e responde ou acusa os membros do Partido Liberal. Na seção *Chronica política*, intitulada *Instrucção Publica: o nosso distincto amigo o Sr. Dr. Jayme Couto é hoje alvo dos ataques da "Reforma", que não quer reconhecer naquelle distincto cavalheiro, esse poder de moderação e cabedal de illustração, que torna*

---

<sup>8</sup> Na gestão anterior, do Partido Liberal, Adriano Nunes Ribeiro tinha sido diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, momento no qual comprou alguns livros de Matemática produzidos pelo seu irmão Demétrio Ribeiro, que também era lente e tinha sido vice-diretor da Escola Normal.

*tão digno do lugar que ocupa.* No mesmo artigo, além da defesa ao diretor-geral da Instrução Pública, Jayme Couto ataca Adriano Nunes Ribeiro.

Quando a instrução estava nas mãos de um Adriano, sujeito de má nota, em que nada pode se comparar com o illustre Dr. Jayme, então sim, as couzas ião muito bem!!

Pois Srs., se a perversão do senso moral vai ao ponto de acharem aquelle individuo bom, manda a lógica inexoravelmente que considerem máo a nosso amigo Dr. Jayme!” (Instrucção Publica. *O Conservador*, 05/03/1886).

*A Reforma* não deixa essas acusações por menos e também rebate,

O Sr. Jayme Couto já tem sobejamente demonstrado a sua completa incapacidade para elevado cargo que lhe foi confiado pelo Sr. Lucena.

Ignorante, não possuindo noção alguma das questões techenicas de ensino, não podendo comprehender nem a letra nem o espírito da respectiva legislação [...] está dando diariamente as mais evidentes provas de subserviência, cumprindo religiosamente todas as ordens recebidas de seus patrões.

[...]

Cumpre reconhecer: não era possível ao partido conservador encontrar homem que melhor servisse aos seus fins, que não facilmente se acomodasse ás exigencias de um partidarismo desenfreado, e que tão depressa se esquecesse de seus deveres, e que não tivesse consciência da responsabilidade que acarretaria com a posição que lhe estava previamente determinada (O ensino publico II. *A Reforma*, 27/03/1886).

Nos dias que se seguem, *A Reforma* publica uma nota intitulada “*escândalo*”, em que trata da exoneração do professor Raphael A. de Oliveira e substituído pela professora D. Eupbrosina da Porciúncula.

A folha official noticiou a exoneração do professor publico Raphael A. de Oliveira, que regia a 1ª cadeira do 2º grau do 1º distrito da capital.

Consta-nos que para essa cadeira concedeu se acesso a professora do 1º grão D. Eufrasina da Porciúncula.

E a propósito: porque foi demittido o professor Raphael? Não poderá dizer a folha official? (Escândalo. *A Reforma*, 27/03/1886).

O texto ainda cita os artigos 121, 123 e 124 do regulamento da instrução pública, pelos quais proibiria a ocupação de uma cadeira vaga antes de 60 dias, pois este era o prazo para a apresentação de requerimentos pedindo acesso à cadeira. Além disso, se tivesse mais de um requerimento, deveria ser aberto concurso público para preenchimento da vaga. Ainda no mesmo tom, no dia 1º de abril de 1886, na primeira página, é publicado um artigo sobre as perseguições aos professores públicos.

A instucção publica é campo neutral na luta dos partidos”, dizia o Sr. Lucena quando assumio o governo da província! Assim pensava S. Ex. e no entanto nunca houve tão repetidos actos de partidarismo, nunca soffreram tantas perseguições, por causa do voto, os professores públicos do Rio Grande do Sul, como na sua curta administração (*A Reforma* – 01/04/1886).

O ano 1886 é muito significativo para entender os debates partidários, pois é o único que se tem todos os periódicos concomitantemente. Como é um ano conturbado politicamente e com a presidência da Província mudando de mãos várias vezes, ora está com o Partido Conservador ora com o Partido Liberal. Ambos partidos, liberais e conservadores passam a ter na oposição os republicanos, que buscavam se consolidar no campo político, por isso, também recorrendo jornais partidários para evidenciar suas disputas partidárias. A situação de disputa entre conservadores e liberais era tão acirrada e evidente, ao ponto, de *A Federação* (que fazia oposição aos dois) criar uma seção intitulada *Respigas*, somente para destacar as brigas políticas travadas pelos dois partidos nas páginas dos jornais da cidade, tais como: *A Reforma*, *O Conservador*, *Gazeta de Notícias*, *O Jornal do Comércio*, *O Mercantil*, *Noticiário*, entre outros. Todavia, a maioria dos debates envolvem *A Reforma* e *O Conservador*.

No ano de 1887 tem-se apenas artigos referentes ao *Conservador*. Sobre a Instrução Pública, as publicações se restringem aos anúncios oficiais publicados na seção editais, tais como concursos para diversas cadeiras e avisos e listas de aprovados nos exames. A grande maioria das publicações deste ano no periódico são referentes, a Escola Normal, entretanto restringem-se a publicações oficiais, tais como sobre a instrução pública.

Em 1888, *O Conservador* publica uma série de artigos referentes à Escola Normal, no qual o alvo das críticas é Adriano Nunes Ribeiro e defendem Alfredo Clemente Pinto, que era diretor da Escola. Embora, não se tenha exemplares de *A Reforma* neste ano, percebe-se pelos textos de *O Conservador*, que os principais debates políticos envolvendo instrução pública e a Escola Normal ocorrem entre os partidos Liberal e Conservador. Não encontrou-se nenhum texto sobre essas temáticas neste ano em *A Federação*.

### Considerações

Ao analisar as notícias publicadas nos jornais partidários *A Reforma*, *O Conservador* e *A Federação* e seus autores, percebe-se uma forte relação entre os redatores, a Instrução Pública e a Escola Normal. Esses homens das “letras” detinham poder político no governo estadual e também exerciam o magistério particular, público ou ambos. Nesse sentido,

No Brasil da segunda metade do século XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia sobreposição de elite política e intelectual a regra que antes era exceção (ALONSO, 2002, p. 30).

Segundo Alonso (2002), esses debates partidários através dos jornais, são resultado de um “movimento intelectual” conhecido como “geração de 1870”. Momento em que estavam chegando no Brasil ideias “inovadoras” e sobre, as quais, aconteciam debates, pois os grupos podiam se identificar tanto por termos doutrinários quanto por posicionamentos políticos (2002, p.30). Portanto, essas diferenças doutrinárias e partidárias se refletiam nas discussões envolvendo a escola normal e a Instrução Pública. Também coloca na “geração de 1870” uma multiplicidade de doutrinas e correntes ideológicas estrangeiras, algumas vezes convergentes. É dessa variedade intelectual que se compõe o grupo de homens letrados que busca ampliar seus espaços políticos em Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX. Essa “elite” de intelectuais, formada em sua maioria pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde correntes ideológicas como o liberalismo e o positivismo fervilhavam, pensou, debateu e implantou projetos educacionais no Rio Grande do Sul.

Se as críticas estão contextualizadas no seu momento político, pode-se perceber que os partidos políticos também constroem suas identidades, não só pelo caráter ideológico, mas pela contrastividade (Alonso), ou seja, pelo debate e pela disputa partidária. Assim, artigos e notas sobre a Instrução Pública e a Escola Normal estavam muito vinculados às paixões partidárias. Como os jornais eram órgãos partidários, seus artigos sobre Instrução Pública e a Escola Normal serviam para fazer críticas a administração pública, principalmente quando o partido de oposição estivesse no poder, usavam muitas palavras ofensivas e depreciativas em relação alguns homens que ocupavam cargos na Instrução Pública e, também na escola normal.

Embora a maioria da população fosse de iletrados, os redatores dos periódicos defendiam um conjunto de ideias que ficavam explícitas no jornal e pretendiam formar uma opinião pública, pois muitas vezes os textos eram lidos e discutidos em locais públicos, como bares e cafés da Rua dos Andradas.

É uma imprensa politicamente apaixonada, que quer divulgar uma posição ideológica. Quando as paixões políticas tomam conta dos escritos é interessante observar que alguns homens públicos adquirem virtudes ou defeitos de acordo com o partido ao qual pertencem.

## **Referências:**

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

*A FEDERAÇÃO*. 1884, 1885, 1886 e 1888.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

- ALVES, Francisco das Neves(org). *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.
- A REFORMA. 1869, 1870, 1872, 1879 e 1886.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *Espelho de papel: a imprensa e a história da educação*. In: ARAUJO, J. C. S. ; GATTI JUNIOR, D.. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).
- BOURDIEU, P. *Introdução a uma sociologia reflexiva*. IN: O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. *Unificação da elite: uma ilha de iletrados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume Dumará, 1996, p. 56-82.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre, Sulina/Ari, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX*. In: ARAUJO, J. C. S. ; GATTI JUNIOR, D.. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação)
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA: 30 ANOS, Porto alegre. Corag, 2005.
- NÓVOA, Antonio. Apresentação. IN: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005
- O CONSERVADOR. 1880, 1882, 1886, 1887 e 1888.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1979.
- RAMBO, Arthur. *História: Questões e debates*. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 36, 2002.
- REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. François Guizot e a sua influência no Brasil. In: *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 536, novembro de 1990: pg.41-60].
- ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)*. Dissertação. Florianópolis: UFSC, 1999.
- SCHNEIDER, Regina. *A instrução pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

TAMBARA, Elomar. *Profissionalização, escola normal, e feminilização : Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX*. Revista: História da Educação. Pelotas: ASPHE/FAE/UFPEL, 1998.